

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.500.112 - SP (2019/0132294-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : MARCOS ROGERIO BENEDICTO
ADVOGADO : PEDRO EGÍDIO MARAFIOTTI E OUTRO(S) - SP110669
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : SAMIRA REBECA FERRARI E OUTRO(S) - SP279477
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - SP398091
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : ELIANDER GARCIA MENDES DA CUNHA E OUTRO(S) -
SP189220

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

SEGURO HABITACIONAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO.

Vícios construtivos. Falta de comprovação. Ônus atribuído ao autor (art. 373, I, CPC). Inexistente demonstração dos destacados vícios construtivos. Desídia, outrossim, que impossibilita a análise relacionada à compatibilidade dos defeitos com a apólice securitária. APELO DESPROVIDO.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Nas razões de recurso especial, alega o ora agravante violação dos arts. 369, 371, 373, § 1º, e 374, 489, § 1º, IV, V e VI, e 1.022 do Código de Processo Civil; 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Afirma negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação no julgado recorrido. Argumenta que "não pode concordar o(a) recorrente com o entendimento firmando no r. acórdão no sentido de que "não se vislumbrou a viabilidade dos pedidos indenizatórios porque faltante demonstração dos defeitos construtivos relacionados pelo embargante" (fl. 857). Aponta que o ônus da prova incumbe à parte recorrida e ela não se desincumbiu dele.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante às alegações de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Com efeito, não configura ausência de fundamentação ou negativa de

Superior Tribunal de Justiça

prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

No que se refere à prova dos autos, o Tribunal local asseverou que o autor não se desincumbiu de comprovar os vícios construtivos, tampouco a origem dos danos no presente caso, deixando consignado o seguinte (e-STJ, fl. 794):

Relatados vícios na construção do imóvel adquirido pelo recorrente, postula-se o recebimento da indenização securitária, cuja contratação, destaca a inicial, restou efetivada para, entre outros eventos, custear o reparo das falhas na edificação da unidade.

Entretanto, não se comprovou os indicados defeitos construtivos, nem tampouco a origem dos danos. Sem insurgência adstrita ao tema, pelo apelante, presumida a concordância com o encerramento da produção probatória sem o levantamento técnico apropriado, hipótese em que os vícios não se passaram de simples alegação, incomprovada, como visto, particularidade insuficiente ao recebimento da verba securitária exigida.

Inócua, depois, a análise de compatibilidade entre os alegados vícios construtivos e a apólice contratual. Se relacionados a causa interna ou se atribuídos a eventos externos, a incursão se mostra irrelevante enquanto não comprovada a efetiva existência dos defeitos; somente com a efetiva demonstração dos vícios, na espécie, é que se mostraria necessária a referida adequação contratual.

Desse modo, a revisão do entendimento proferido pelo Colegiado estadual – de que o autor não conseguiu demonstrar os vícios construtivos na hipótese dos autos, tampouco a origem dos danos, os quais se mostrariam necessários ao recebimento da verba securitária ora requerida –, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, situação vedada pela Súmula 7 do STJ.

Guardados os devidos contornos fáticos próprios de cada caso,

confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. VÍCIOS CONSTRUTIVOS. AGENTE FINANCEIRO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO NÃO CONFIGURADO. REVISÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Na hipótese dos autos, a Corte estadual, com amparo no contrato e nas provas, asseverou não estar evidenciada a responsabilidade do agente financeiro pela cobertura securitária pretendida, sendo inviável a sua revisão nesta instância extraordinária, atraindo a incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1150220/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 19/06/2018.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. SFH. 1. AVALIAÇÃO DA PROVA DOS AUTOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 2. ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL REDIGIDA CONSOANTE AS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES DE ÓRGÃOS PÚBLICOS. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283 DO STF. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal local asseverou que o laudo pericial afastou a existência de risco atual ou iminente de desmoronamento/desabamento, razão pela qual afirmou que os defeitos na estrutura do imóvel não estão cobertos pelas cláusulas contratuais. Desse modo, o acolhimento do inconformismo, segundo as alegações vertidas nas razões do especial, demanda revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, situação vedada pelas Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Alegação de abusividade da cláusula contratual. A Corte originária assentou não haver nenhuma ilegalidade, pois as cláusulas do contrato se encontram redigidas em consonância com as determinações da SUSEP e CNSP. Entretanto, os recorrentes não impugnaram o aludido fundamento do acórdão recorrido, motivo pelo qual não há como apreciar as razões do recurso especial pela incidência da Súmula 283/STF.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1633498/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017.)

Quanto à postulada inversão do ônus probatório, a jurisprudência desta Corte de Justiça consagra entendimento no sentido de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em sede de especial, diante da aplicação da Súmula n. 7/STJ.

Confirmam-se, outrossim, os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO. COTEJO NÃO REALIZADO. NECESSIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. APURAÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. TABELA PRICE. ANATOCISMO. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

(...)

3. Elidir as conclusões do aresto impugnado, no sentido de não estarem presentes os requisitos autorizadores da inversão do ônus da prova, demandaria o revolvimento dos meios de convicção dos autos, soberanamente delineados pelas instâncias ordinárias, providência vedada nesta sede especial, a teor da súmula 07/STJ.

4. A avaliação da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o indeferimento de prova requerida pela parte demanda o reexame fático-probatório dos autos, soberanamente delineado pelas instâncias ordinárias.

5. O magistrado é o destinatário da prova, cabendo a ele decidir acerca dos elementos necessários à formação do próprio convencimento.

6. (...).

7. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no Resp 125754 6/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/12/2012, DJe 18/12/2012.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIO DE CONSTRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

2. No caso concreto, o Tribunal de origem examinou a prova dos autos, notadamente a perícia realizada, para concluir pela inexistência de vício de construção no edifício a ser imputado à construtora. Em tais condições, o exame da pretensão recursal no sentido de verificar suposto erro na valoração da prova e concluir pela comprovação dos vícios construtivos, demandaria o revolvimento de matéria fática, o que é vedado em recurso especial.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 295.956/SE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 14/11/2014.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensa a exigibilidade em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora